

Anexo II – Resolução nº 133/2003-CEPE**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO****PLANO DE ENSINO - PERÍODO LETIVO/ANO 3º Trimestre de 2017****Programa: GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL****Área de Concentração: GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL****Mestrado (X) Doutorado ()****Centro: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS****Campus: FRANCISCO BELTRÃO - PR****DISCIPLINA**

Código	Nome	Carga horária		
		AT 1	AP ²	Total
PGDR- 565	Direito Ambiental	45		45h/ 03 créditos

⁽¹⁾ Aula Teórica; ⁽²⁾ Aula Prática)**Docente: Dra. Marta Botti Capellari****Ementa**

Desenvolvimento sustentável e os Princípios do Direito Ambiental. Constituição Federal e meio ambiente. Código Florestal Brasileiro. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Aspectos jurídicos da poluição. A forma de aplicação do Código Florestal Brasileiro na pequena propriedade rural. Conceito de Área Rural Consolidada. Definição das atividades de manejo florestal sustentável como de interesse social. Previsão no Código Florestal do instituto da compensação da Reserva Legal em outra área equivalente. Apoio técnico do órgão estadual competente na recomposição da Reserva Legal.

Objetivos

- Propiciar uma visão teórica e prática dos principais institutos do direito ambiental.
- Possibilitar estudos interdisciplinares de modo a abranger os temas analisados de forma contextualizada.
- Oportunizar a propositura da solução de problemas concretos relacionados à gestão e ao desenvolvimento regional sustentável.
- Incentivar a publicação dos resultados das pesquisas realizadas na disciplina, em periódicos nacionais e internacionais.

Conteúdo Programático**1 Noções de direito ambiental**

- Antecedentes históricos da proteção ambiental
- Conceito de meio ambiente
- Espécies de ambiente: a) natural, b) artificial, c) cultural, d) do trabalho.

2 Princípios fundamentais do direito ambiental

- Princípio do desenvolvimento sustentável
- Princípio da prevenção

2.3 Princípio da precaução

2.4 Princípio da função socioambiental da propriedade

3 Risco ambiental como contingência da sociedade contemporânea

3.1 Aportes conceituais do risco

3.2 O risco como um vínculo com o futuro – LUHMANN e DE GIORGI

3.3 O espaço e o tempo na sociedade de risco – GIDDENS e BECK

4 Sistema Nacional do Meio Ambiente

5 Política Nacional de Meio Ambiente: instrumentos de desenvolvimento regional

5.1 Zoneamento ambiental

5.2 Licenciamento ambiental

5.2 Concessão florestal

5.3 Servidão ambiental

5.4 Seguro ambiental

5.5 Tributação ambiental

6 Código Florestal e desenvolvimento rural sustentável

6.1 Áreas de preservação permanente

6.2 Reservas florestais legais

Atividades Práticas – grupos de dois alunos

Metodologia

Aulas expositivas e dialogadas, com auxílio dos recursos audiovisuais disponíveis. Dinâmica de grupos. Seminários. Leitura, análise crítica e discussão de textos previamente indicados. Pesquisa bibliográfica, legislativa e documental. Atividades extra classe.

Avaliação

(critérios, mecanismos, instrumentos e periodicidade)

A avaliação será composta de: apresentação dos seminários, participação nos debates e produção de artigo científico para publicação em revista científica indexada com Qualis/CAPES. À cada avaliação será atribuído nota de 0 a 100. A nota final será o resultado da média aritmética das avaliações divididas pelo número de avaliações. Considera-se aprovado na disciplina o mestrando que frequentar, no mínimo, 75% das aulas e obtiver nota igual ou superior a 70 (conceito C).

Bibliografia básica

AYALA, Patryck Araújo de. A proteção jurídica das futuras gerações na sociedade do risco global: o direito ao futuro na ordem constitucional brasileira. In: LEITE, José Rubens Morato; FERREIRA, Helene Sivini; BORATTI, Larissa Verri (Org.). **Estado de direito ambiental: tendências**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2011.

DE GIORGI, Raffaele. O direito na sociedade de risco. Trad. Guilherme Figueiredo Leite Gonçalves. **Opinião Jurídica**. Fortaleza: Faculdade Christus, ano 3, v. 1, n. 5, p. 383-393, jan./jul 2005.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 11. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São

Paulo: Edunesp, 1991.

LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. **Teoria della società**. 11. ed. Milano: Franco Angeli, 2009.

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente**: doutrina, jurisprudência, glossário. 8. ed. rev., atual., e refor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

Bibliografia complementar

ALEXANDRE, Agripa Faria. A dinâmica da sociedade de risco Antony Giddens e Ulrich Beck. **Geosul**: Revista do Departamento de Geociências - CFH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, v.15, n.30, jul./dez.2000, p. 150-167.

ALVARENGA, Otávio Melo. **Política de direito agro-ambiental**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 11. ed. reform. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo global**. Madrid: Siglo XXI de España, 2002.

_____. RIZEK, Cibele Saliba (Rev.). **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.

BRASIL. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12651.htm> Acesso em: 24 ago. 2017.

_____. **Lei n. 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF, 31 de agosto de 1981.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. **Direito constitucional ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CAPELLARI, Marta Botti. **O princípio da precaução como forma de aquisição evolutiva da sociedade moderna diante dos riscos ambientais**. 206 f. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

_____. Comunicazione ecologica: appunti di Niklas Luhmann. In: LEMOS, Jonas; SILVA, Luciano Nascimento. **Luhmann e gli osservatori**. Lecce: Pensa, 2015.

CARVALHO, Délton Winter de. **Dano ambiental futuro**: a responsabilização civil pelo risco ambiental. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

COELHO, Saulo de Oliveira Pinto. A sustentabilidade como princípio constitucional sistêmico e sua relevância na efetivação interdisciplinar da ordem constitucional econômica e social: para além do ambientalismo e do desenvolvimentismo. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia, v. 39, n. 1, p. 261-291, 2011.

DAVID, Marília Luz. Sobre os conceitos de risco em Luhmann e Giddens. **Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 30-45, jan./jul. 2011.

DE GIORGI, Raffaele. **Direito, democracia e risco**: vínculos com o futuro. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1998.

GUIVANT, Julia. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 95-112, abr./2001.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araujo. **Direito ambiental na sociedade de risco**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

LUHMANN, Niklas. **Sociologia del riesgo**. Trad. Javier Torres Nafarrate (Coord). México: Iberoamericana, 1992.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 23. ed., rev., atual, e ampl. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.

PADILHA JÚNIOR, João Batista. **O impacto da reserva legal florestal sobre a agropecuária paranaense em um ambiente de risco**. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 10. ed., atual. São Paulo: Malheiros, 2013.

VEYRET, Yvette; RICHEMOND, Nancy Meschinet de. Os tipos de risco. In: VEYRET, Yvette (Org.). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

Docente

Marta Botti Capellari

Data 24/08/2017.



Assinatura do docente responsável pela disciplina

Colegiado do Programa (aprovação)

Ata nº 05, de 01/09/2017.

Coordenador:



Assinatura
Fernanda Mendes Bezerra Baço
Port. Nº 2901/2017 - GRE
Coordenadora do Mestrado P.G.D.R.
Unioeste - Campus de Francisco Beltrão

Conselho de Centro (homologação)

Ata de nº 007, de 12/09/2017

Diretor de Centro:




Nilza Maria Guarda Canterle
assinatura
Diretora CCSA

Encaminhada cópia à Secretaria Acadêmica em:

/ Port. Nº 0021/2016 - GRE
Campus de Francisco Beltrão

Nome/assinatura